

Casa do Povo: patrimônio e memória

Amanda Gersztel Klajner

Orientador: Prof. Dr. Silvio Oksman (Escola da Cidade).

Pesquisa: Iniciação Científica, bolsa do Programa de Iniciação Científica da Escola da Cidade, 2019-20.

A pesquisa relatada neste artigo buscou compreender as memórias associadas à Casa do Povo, centro cultural localizado no Bom Retiro, em São Paulo. Mais especificamente, a pesquisa abordou as histórias que atravessam esse edifício desde 1953 — quando é inaugurado — até 1982, quando a Escola Scholem Aleichem encerra suas atividades. A análise apoia-se principalmente na construção de um

diálogo entre a história da instituição e as demandas políticas e sociais, dentro do recorte temporal estudado. Por fim, busca-se articular a análise histórica à sua condição de “monumento vivo” em homenagem aos judeus mortos durante o Holocausto e, ainda, entender de que forma esse monumento constitui um importante elemento da memória das coletividades judaicas em São Paulo.

Palavras-chave: Casa do Povo; memória; monumento.

Casa do Povo: heritage and memory

The research reported in this article sought to understand memories associated with Casa do Povo, a cultural center located in Bom Retiro, São Paulo. More specifically, it has addressed the stories that involve this building from its inauguration in 1953 to 1982, when the Scholem Aleichem School closed down. The analysis is mainly based on the construction of a dialogue between the institution's history and the political and social demands within the studied time frame. Finally, it seeks to articulate historical analysis to its condition as “living monument” in honor of the Jews killed during the Holocaust, as well as understand how this constitutes an important element in the memory of Jewish communities in São Paulo.

Keywords: Casa do Povo; memory; monument.

Casa do Povo: patrimonio y memoria

La investigación reportada en este artículo buscó comprender las memorias asociadas con la Casa do Povo, centro cultural ubicado en Bom Retiro, São Paulo. Más concretamente, abordó las historias que recorren este edificio desde 1953 — cuando se inauguró — hasta 1982, cuando la Escuela Scholem Aleichem encerró sus actividades. El análisis se apoya principalmente en la construcción de un diálogo entre la historia de la institución y las demandas políticas y sociales, en el marco temporal estudiado. Finalmente, busca articular el análisis histórico a su condición de “monumento vivo” en honor a los judíos asesinados durante el Holocausto, y cómo este monumento se inserta como un elemento importante en la constitución de la memoria de las comunidades judías de São Paulo.

Palabras clave: Casa do Povo; memoria; monumento.

1. INTRODUÇÃO

A Casa do Povo é um centro cultural localizado no bairro do Bom Retiro, em São Paulo, fundado em 1946 por imigrantes judeus e judias originários da Europa Oriental. O edifício, projetado pelo arquiteto Ernest Carvalho Mange¹, é inaugurado em 1953 a partir de dois princípios: homenagear os que morreram nos campos de concentração pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial e manter vivos os espaços de transmissão da cultura ídiche.

A cultura ídiche era partilhada por todos os judeus da Europa Oriental, mais especificamente de países como Polônia, Rússia, Romênia, Hungria, Bielorrússia e Bessarábia (atual parte Moldávia e parte Ucrânia). O grupo de judeus advindos dessas regiões são conhecidos como *ashkenazim*².

Os *ashkenazim* compartilhavam uma forma particular de conceber, viver e transmitir a identidade judaica, sendo o ídiche o idioma falado por esse grupo e a base dessa cultura. Para além de um idioma, o ídiche é também a expressão de uma série de costumes, tradições e manifestações artísticas. Segundo Guinsburg, o ídiche tinha "a função de esteio oral-escritural do universo construído na esfera Ashkenaz. Ele se torna componente estrutural desta sociedade" (GUINSBURG, 1996, p.32).

Grande parte da comunidade *ashkenaz* também participava dos movimentos de esquerda atuantes nesses países. Fundam, por exemplo, em 1897 na cidade de Vilna, capital da atual Lituânia, o Bund³, partido socialista judeu que se definia como idichista e que lutava por melhores condições de trabalho, por educação popular e pelo direito dos judeus terem ligações definitivas com os países em que viviam e, por esse motivo, tinham o compromisso na luta de classes ao lado dos cidadãos não judeus.

Tanto a cultura ídiche quanto essa conjuntura política vinculada aos movimentos de esquerda são pilares importantes para compreender o contexto cultural e político dos integrantes que fundaram a Casa do Povo. Portanto, aproximar-se dessas origens e dos motivos que trouxeram esses imigrantes ao Brasil permite compreender como

esses contextos foram traduzidos e ressignificados nesse novo território.

Luiz Antonio Simas (2019), ao refletir sobre o que ele denomina como "cultura de diáspora", observa que se toda diáspora é um fenômeno de dispersão e desagregação (em que ocorre uma quebra de pertencimento devido ao rompimento dos laços identitários e das redes de proteção social de um grupo com seu lugar de origem), a cultura de diáspora é um fenômeno que reproduz o que foi perdido, mas também que agrupa e inventa novas formas de sociabilidade baseadas naquelas que foram rompidas.

Nesse sentido, a Casa do Povo pode ser lida como uma manifestação da cultura de diáspora desses imigrantes judeus *ashkenazim*, pois responde ao movimento de desagregação promovido pela saída de seus países de origem a partir da reconstrução e da ressignificação da cultura, do idioma e das tradições que traziam consigo. Além disso, a Casa do Povo é um espaço em que essa ressignificação cultural não ocorre de maneira isolada, dentro de um contexto unicamente judaico, mas em diálogo com o contexto local em que está inserida e com os diversos grupos da sociedade brasileira e paulistana com os quais se relaciona.

Além de ser a expressão da cultura de diáspora dos judeus *ashkenazim*, a Casa do Povo é também um monumento vivo em homenagem aos mortos no Holocausto. Sobre "monumentos vivos", Beatriz Mugayar Kühl, em "Notas sobre a Carta de Veneza", observa:

No preâmbulo da Carta, muitos pontos devem ser destacados. Um deles é a caracterização dos monumentos como portadores de "mensagem espiritual do passado", e, portanto, não apenas de dados materiais e de conhecimento (que aparecem mais adiante em outros artigos), mas também de aspectos memoriais e simbólicos. Outro, refere-se à designação dos monumentos do passado como "testemunhos vivos" de tradições, ou seja, elementos que, no presente, continuam a participar da vida das comunidades, de maneira ativa. Na Carta de Veneza, todos os monumentos são qualificados como 'vivos'; não mais aparece a distinção entre 'monumentos

vivos' e 'monumentos mortos' sugerida, por exemplo, por Louis Cloquet. (KÜHL, 2010, p.305).

No texto, Kühl aponta para dois aspectos centrais da condição da Casa do Povo enquanto monumento vivo. O primeiro diz respeito ao fato de que a memória do Holocausto não é mobilizada nesse edifício como algo que pertence unicamente às coletividades judaicas, mas a partir de uma perspectiva universal, ou seja, não há direito de um grupo específico sobre essa memória, mas, ao mesmo tempo, não ignora as particularidades de como isso toca determinados grupos. O segundo aspecto trata do fato de que os monumentos não se encerram em si, mas "continuam a participar da vida das comunidades" e, no caso da Casa do Povo, essa continuidade se dá através da multiplicidade de atividades educacionais, culturais e artísticas que ocupam o edifício.

Com o intuito de abordar esses aspectos, este artigo é organizado em dois momentos. O primeiro parte de uma perspectiva histórica que teve como principal objetivo elaborar um panorama geral sobre o tema estudado — contextualiza o período do início do século xx até a década de 1980. O segundo utiliza-se das análises históricas realizadas para tratar especificamente de como a memória da Casa do Povo foi mobilizada e como é elaborada e transmitida hoje. Também busca compreender como a memória do Holocausto é concebida na Casa do Povo, o que a aproxima e o que a difere de outros monumentos.

2. CASA DO POVO COMO HISTÓRIA

2.1. A IMIGRAÇÃO PARA O BRASIL E O PROCESSO DE FIXAÇÃO NA CIDADE DE SÃO PAULO

Entender os fluxos imigratórios dos judeus da Europa Oriental com destino ao Brasil e a forma como esse grupo se fixou em São Paulo é fundamental para compreender os processos que permeiam a fundação da Casa do Povo e, a partir da década 1970, seu esvaziamento. Além disso, a análise desses dois processos facilita o entendimento da Casa do Povo não como um objeto isolado, mas antes como uma

instituição inserida em um contexto social e político mais abrangente, vinculada às dinâmicas de crescimento da cidade e valorização de determinadas áreas.

A chegada dos primeiros imigrantes judeus coincide com um período de grandes transformações no Brasil, particularmente em São Paulo, que vivia o início do desenvolvimento industrial e comercial. A modernização e o aumento da população urbana provocam grandes mudanças tanto no espaço urbano como nas condições de trabalho e moradia, e o Bom Retiro, destino de imigrantes de diferentes países, foi um bairro profundamente marcado por esse contexto (FELDMAN, 2013).

Para o imigrante de origem judaica, a escolha do Bom Retiro como novo lar não foi aleatória, pois já havia no bairro uma comunidade relativamente organizada. A primeira sinagoga de São Paulo, a Kehilat Israel, fundada em 1913, e a Sinagoga Knesset Israel, fundada 1916, por exemplo, são instituições que já indicavam uma presença judaica no bairro. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, esse fluxo imigratório foi intensificado.

[...] o território judaico começava a formar-se e configurar-se concretamente, pois estava se fortalecendo a relação entre os judeus e o lugar [...]. Com o passar dos anos, diversas instituições educacionais, sinagogas e comércios já confirmavam o lugar judaico do Bom Retiro. (PÓVOA, 2007, p.167).

Entre as instituições fundadas nesse momento, podemos destacar o clube *Tzukunft* ("futuro" em ídiche), o embrião da Casa do Povo. O clube, juntamente com outras instituições e estabelecimentos judaicos do Bom Retiro, é reflexo da entrada do grande contingente de judeus *ashkenazim* em São Paulo e dos movimentos de organização comunitária promovidos por esses imigrantes no bairro. Trata-se, portanto, de parte da construção da identidade judaica do bairro que, já nesse momento, tinha uma pluralidade comunitária expressiva, desde comunidades religiosas ortodoxas até organizações de esquerda como o *Tzukunft*.

A partir da década de 1930, com a ascensão de Hitler ao poder e a constituição do III Reich, há um aumento

no fluxo de imigrantes judeus ao Brasil. Concomitantemente, a população judaica de São Paulo, já mais numerosa e organizada, vivia um momento de grande dinamismo social, marcado pelo início de um movimento de afastamento dos bairros centrais, principalmente do Bom Retiro.

Posteriormente, entre 1940 e 1950, as instituições judaicas espalham-se para as regiões de Higienópolis, Bela Vista e Santa Cecília. Contudo, isso não impediu que o Bom Retiro ainda fosse um bairro de forte presença judaica. A Casa do Povo, por exemplo, é inaugurada nesse momento, em 1953, e foi por duas décadas frequentada majoritariamente pela população do bairro.

A partir de 1960, o Bom Retiro já é um bairro muito distinto daquele do começo do século XX, e parte significativa das instituições judaicas já estão em outras regiões da cidade, como Jardins, Pinheiros e Morumbi.

Esse processo de saída do centro da cidade é um dos motivos que explica o esvaziamento da Casa do Povo a partir de 1970, mas também demonstra que a forma de ocupação nesses outros bairros se deu de maneira diferente da que ocorreu no Bom Retiro.

Enquanto o Bom Retiro praticamente foi construído para responder às necessidades de moradia, trabalho, religião e cultura judaicas, estes bairros, para onde as novas gerações da comunidade migraram, eram bairros que se enquadravam no processo de crescimento do tecido urbano da cidade, com atuação de outros grupos e outras dinâmicas. Assim, a inserção desses grupos acontece por um relativo processo de assimilação cultural, em constante negociação entre sua cultura e a cultura de outros grupos ali instalados. São, portanto, marcos da evolução da comunidade dentro do avanço metropolitano da cidade. (DARVICHE; OKSMAN, 2018, p.11).

As relações entre as instituições da comunidade judaica e a cidade de São Paulo repercutem a partir de diversos aspectos na Casa do Povo, como, por exemplo, nas relações entre a construção de identidade e o espaço da cidade, na manutenção e adaptação das práticas culturais, religiosas,

de trabalho e sociais ao novo território, através dos vínculos territoriais com o bairro e em sua inserção nas dinâmicas da cidade (DARVICHE; OKSMAN, 2018).

2.2. ORIGENS DA CASA DO POVO: DO ICUF A PEDRA FUNDAMENTAL

Em 1937, em meio à ascensão do nazismo e do fascismo na Europa, ocorre o Congresso da Cultura Judaica em Paris. Nele, é fundado o *Íldisher Cultur Farband* (ICUF), conhecido como Associação Cultural Judaica. O congresso orientava as coletividades judaicas a se comprometerem na difusão e no fortalecimento da cultura judaica laica progressista por meio de atividades culturais e da fundação de instituições próprias, como escolas, centros culturais e bibliotecas. (KINOSHITA, 2000).

No Brasil, diversas instituições judaicas são associadas ao ICUF, tais como: Centro de Cultura e Progresso, antigo Clube *Tzukunft*, Biblioteca Scholem Aleichem (mais conhecida como BIBSA, que posteriormente se tornou a Associação Scholem Aleichem (ASA)), Clube Cabiras, Biblioteca David Frishman no Rio de Janeiro, União Israelita de Belo Horizonte, Clube de Cultura de Porto Alegre e Sociedade Israelita da Bahia.

É importante destacar que apesar do ICUF e das instituições filiadas a ele se apropriarem do termo "judaísmo progressista", não há um consenso acerca do uso do termo. Sobre a problemática que envolve essa identidade judaica "progressista", Kinoshita analisa:

[...] seria difícil dividir a esquerda judaica de forma reducionista entre os que militam na 'rua judaica' e os que militam pelas grandes causas nacionais e internacionais [...] muitos dos militantes judeus que chegaram ao Brasil, à Argentina e ao Uruguai nesta década ou antes, ainda eram membros do Bund e outras organizações de esquerda judaica, transferindo para a região suas formas e métodos de organização. À medida que se aclimatavam à nova terra, alguns passavam a militar nos PC's, outros nunca deixaram de atuar da forma que o faziam na Europa Oriental, de forma que as escolas, cozinhas comunitárias, sociedades culturais e bibliotecas tivessem dupla função: a função primeira

de solidariedade e difusão de uma cultura progressistas e talvez uma fachada legal para às atividades políticas clandestinas. (KINOSHITA, 2000, p.382).

Com o final da Segunda Guerra Mundial se aproximando, Manoel Casoy, militante do ICUF em São Paulo, compra um terreno na Rua Três Rios, 252, para construir uma casa do povo⁴. Seroussi analisa esse contexto em que se insere a doação do terreno e o projeto de criação da Casa do Povo a partir de dois fatores:

[...] de um lado, a comoção generalizada provocada pelas histórias dos sobreviventes da *Shoah* e a consequente urgência em se preservar a cultura herdada dos judeus mortos nos campos de extermínio; do outro, o prestígio da União Soviética cujo exercício libertou parte da Europa do nazismo, apagando, por um tempo, as tensões entre as diferentes facções da esquerda, reunidas sob a denominação "progressista". (SEROUSSI, 2014, p.78).

O grupo do Centro de Cultura e Progresso fica responsável pelo projeto da Casa do Povo e, em 1947, sedia, no terreno da Rua Três Rios, a cerimônia da pedra fundamental. O panfleto convocava as pessoas a participarem do evento e a doarem, simbolicamente, um tijolo, para a construção da obra.

A proposta foi extremamente simbólica na medida em que propunha que o monumento aos mortos na Segunda Guerra Mundial fosse uma escola e um centro cultural ao invés de um mausoléu. Afirma, portanto, um discurso sobre a maneira como a Casa do Povo escolhe interpretar o Holocausto e vivenciar e transmitir sua identidade judaica.

2.3. ATUAÇÃO DA CASA DO POVO: DE 1953 A 1982

Em 1953, sete anos após a cerimônia da pedra fundamental, é finalmente inaugurado o Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB), conhecido como Casa do Povo. Uma vez inaugurado, o edifício passou a acolher as atividades que já existiam no Bom Retiro, como a Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (EIBSA), a Associação Feminina Israelita Brasileira

(AFIB), a colônia de férias *Kinderland*, o Clubinho I.L. Peretz, o Coro Schaefer, o clube de teatro *Dramkrais*, a edição do jornal *Unzer Stime* (Nossa Voz) e uma biblioteca com 4.000 volumes formada por coleções particulares de imigrantes que viviam no Bom Retiro com títulos em ídiche, alemão, russo e francês. A inauguração, contudo, foi incompleta: o Teatro de Arte Israelita Brasileiro (TAIB) não havia sido finalizado. O projeto do TAIB só é retomado no fim da década de 1950 com uma campanha financeira, e fica a cargo do arquiteto Jorge Wilhem.

A EIBSA migra para a Casa do Povo logo após a inauguração, em 1953. "É considerada uma das primeiras escolas construtivistas de São Paulo, alinhada com a visão progressista da comunidade" (SZKLO, 2013, p.24). Ainda que a maioria dos alunos fossem de origem judaica, a Escola não era restrita a esse grupo e mantinha-se aberta para estudantes de qualquer origem, reiterando seu caráter laico. A busca por uma formação secular universalista e o ensino da língua ídiche eram fatores que distanciavam a EIBSA e sua direção da maioria das escolas da comunidade judaica paulista da época.

A atuação da EIBSA foi fundamental durante os anos de Ditadura Militar, quando a direção passou a acolher e matricular, com nomes falsos, os filhos de militantes e companheiros do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que estavam sendo perseguidos ou tinham sido presos. Mesmo com a vigilância constante pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), o golpe não limitou a atividade da escola, que persistiu na construção de um projeto pedagógico progressista.

O Clubinho I.L. Peretz promovia variadas atividades que ocorriam paralelamente à escola, nos fins de semana, como palestras, círculos de leitura, discussões políticas e sessões de cinema e teatro. O Clubinho foi o lugar de formação para muitos jovens que, mais tarde, seriam quadros importantes do PCB e militantes do ICIB.

A redação do jornal "Nossa Voz" (*Unzer Stime*) e da revista "O Reflexo" também mudaram para a Casa do Povo em 1953. Eram espaços em que se estabeleciam redes de comunicação entre as imprensas vinculadas ao ICUF ao redor do mundo, principalmente da comunidade argentina



FIG. 1:

Alunos da Escola Israelita Brasileira Scholem Aleichem (EIBSA) em uma atividade no terraço da Casa do Povo em 1969.

Fonte: Acervo da Casa do Povo.

e uruguaia. As redações eram locais de militância e muitos de seus articulistas também militavam pelo PCB. Um mês após o Golpe Civil-Militar de 1964, a redação do jornal foi invadida e sua produção, violentamente interrompida.

Eles entraram na redação que ficava na Ribeira de Lima e chegaram quebrando tudo, destruíram linotipos, empastelaram tudo, foi muito traumatizante. O impacto da perda do Jornal foi muito grande para o nosso pessoal e para a coletividade em geral e um motivo de satisfação para aqueles que sempre nos combateram. Depois disso muitos associados abandonaram a Casa do Povo por medo de serem perseguidos. Nós sabíamos que a situação era precária para todos, que estavam prendendo e torturando pessoas, mas nunca esperávamos que chegasse a um ponto com aquele, tão violento. Então é uma situação que não tem como esquecer. (SENDACZ, 2015, s.p.).

O momento de inauguração da Casa do Povo compreende, também, anos de efervescência cultural e artística. Segundo Pontes (2011), trata-se de um momento em que o teatro, o cinema, a rádio e o início da televisão apontavam transformações vivenciadas pela sociedade e pela cultura brasileira. A partir de 1960, a inauguração do TAIB insere a Casa do Povo nesse cenário. Além de ser importante para a história do teatro ídiche em São Paulo, sendo palco para peças clássicas da cultura ídiche como "O Dibuk" — escrito por Sch. An-Ski —, o

TAIB abrigou importantes companhias de teatro paulistas, como o Teatro de Arena, com as peças "Os Fuzis da Senhora Carrar", em 1962, e "Arena Canta Bahia", com Maria Bethânia em 1965, e o Teatro Oficina, com as peças "O Rei da Vela", em 1967, e "Galileu Galilei", em 1969.

Além disso, em 1963 o TAIB acolhe o Teatro Popular do Sesi (TPS). "O TPS nasce a partir de uma política de fomento à prática teatral patrocinada pelo Sesi (Serviço Social da Indústria) que contratava ensaiadores com o intuito de formar elencos e montar apresentações com grupos de operários" (SZKLO, 2013, p.53). O TAIB, portanto, firmava o posicionamento político de esquerda da Casa do Povo e alinhava tanto suas práticas políticas quanto artísticas à cena cultural de vanguarda de São Paulo.

Um ano após a chegada do TPS no TAIB ocorre o Golpe Civil Militar de 1964. Para a Casa do Povo, as consequências do golpe foram duras e seus militantes passam a ser constantemente vigiados pelo Dops. Geni Serber, Marta Wollak Grosbaum, Sofia Carvalho, José Serber, Mario Grosbaum são membros do ICIB e do PCB que foram presos. Ainda que o ICIB se mantivesse como um local de resistência — principalmente a EIBSA e o TAIB —, o cenário político de censura e perseguição incitado pela ditadura militar afastaram muitas pessoas da militância e da Casa do Povo. Além disso, outros eventos também impactaram os espaços de judaísmo progressista e levaram esses grupos a estarem isolados em relação às demais coletividades judaicas.

O posicionamento da Casa do Povo frente alguns episódios marcam essa



FIG. 2:

Coro Schaeffer em ato festivo na cobertura do Instituto Cultural Israelita Brasileiro (ICIB) em 1952, antes mesmo da inauguração oficial do prédio.

Fonte: Acervo da Casa do Povo.

polarização entre progressistas e sionistas e entre os distintos grupos e partidos de esquerda. A título de exemplo, é possível mencionar a reação ao relatório de Krushev de 1956, que denunciava os crimes cometidos contra os adversários políticos de Joseph Stalin e incluía perseguição e assassinato de judeus durante o regime stalinista. O relatório provoca, em nível mundial, uma reorganização do movimento comunista. No Brasil, por exemplo, o desapontamento provocado pelo relatório acirrou grandes disputas internas no PCB, que resultaram na cisão e na consequente fundação do Partido Comunista do Brasil (PcdoB), liderado por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar. No ICIB, assim como em parte da esquerda, muitos ativistas se sentiram traídos e se afastaram da militância e dos espaços progressistas como a Casa do Povo. Ao mesmo tempo, havia aqueles que decidiram manter seu posicionamento, alegando que o relatório era resultado da propaganda imperialista.

Outro exemplo — mais presente entre os progressistas e sionistas — são os desdobramentos após a criação do Estado de Israel em 1948, que marca a "vitória" da visão sionista e o acirramento das divergências políticas entre as coletividades judaicas. A Guerra dos Seis Dias, em 1967, é um marco desse embate. Kinoshita (2000) observa que a ocupação de Israel nos territórios da Cisjordânia, Gaza, Sinai e Golan foi veementemente repreendida pela União Soviética (URSS), mas poucos judeus comunistas apoiaram esse posicionamento. O apoio soviético

à Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e a alguns países árabes tampouco foi bem recebido, mesmo dentro dos setores progressistas, corroborando para o movimento de afastamento de instituições que mantinham apoio à URSS, como a Casa do Povo.

Esse cenário político tem desdobramentos importantes para a Casa do Povo. Em seu auge, na década de 1950, a casa tinha mais de 6.000 sócios familiares; já em 1982, não havia mais de 150. Também são símbolos desse processo de esvaziamento a saída do Teatro Popular do Sesi, em 1976, e o encerramento das atividades do Ginásio da EIBSA, em 1982.⁵

3. MONUMENTO VIVO

Como reflexo de sua história múltipla, atravessada por diversos contextos políticos, culturais e sociais, a Casa do Povo pode ser pensada como uma Casa em que coabitam várias casas. Desde a inauguração do edifício, um de seus principais pilares era acolher outros grupos, ideias e projetos que já aconteciam no Bom Retiro, espelhando uma forma de sociabilidade particular dos judeus da Europa Oriental. Nesse sentido, as atividades mencionadas anteriormente — a EIBSA, o TAIB, o Clubinho I.L. Peretz e o Coro Schaefer — compunham parte dessa diversidade que coexistia naquele edifício.

Dentro dessa diversidade de relações também devem ser reconhecidas as relações conflituosas, por exemplo entre a Casa do Povo e outras instituições judaicas, nas



FIG. 3:

Ensaio da peça "O Dibuk" pelo clube de teatro Dramkraiss.

Fonte: Acervo da Casa do Povo.

disputas e cisões envolvendo a política israelense e nos embates entre os diferentes setores da esquerda nacional e internacional.

Nesse sentido, é necessário reconhecer que, ainda que muito da história da Casa do Povo seja em torno da luta e resistência a governos autoritários, a Casa também passou por momentos de dissidências e rupturas. Reconhecer essas memórias apresenta uma questão importante: a Casa do Povo, ao acionar suas memórias, não está selecionando somente parte dessa memória? E, nesse processo, quais fragmentos dessa memória são esquecidos? Sobre esse debate, Tzvetan Todorov, em *Los abusos de la memoria*, observa

En primer lugar hay que recordar algo evidente: que la memoria no se opone en absoluto al olvido. Los dos términos para contrastar son la supresión (el olvido) y la conservación; la memoria es, en todo momento y necesariamente, una interacción de ambos. [...] la memoria, como tal, es forzosamente una selección: algunos rasgos del suceso serán conservados, otros inmediata o progresivamente marginados, y luego olvidados. Por ello resulta profundamente desconfortante cuando se oye llamar memoria a la capacidad que tienen los ordenadores para conservar la información: a esta última operación le falta un rasgo constitutivo de la memoria, esto es, la selección. (TODOROV, 2000, p.15).

Parte fundamental da pesquisa foi compreender que as memórias da Casa do

Povo não correspondem à conservação de um passado único, tampouco são reflexo de uma versão "original", única, da história da instituição. Nesse sentido, entende-se que as memórias estudadas não são imutáveis e definitivas, mas estão vivas e em diálogo com as dinâmicas sociais do presente.

Na cerimônia de lançamento da pedra fundamental, em 1946, havia um painel acima do palco onde estava escrito em ídiche: "Lembre-se dos seis milhões de judeus mortos [...] Lembre-se de Treblinka, de Maydanek, Auschwitz, Buchenwald, Dachau, das câmaras de gás, dos fornos crematórios. Lembre-se 6.000.000." (FIG. 4). Lembrar-se é, portanto, o ato fundador da casa, não somente como uma prática reflexiva, mas como ação concreta no tempo presente.

Nesse sentido, a condição de monumento vivo é traduzida na edificação: sua construção e cada tijolo doado para erguê-lo são ações em diálogo com as ideais, as utopias e, principalmente, com a memória desses judeus e judias mortos. Não se encontram, no edifício, placas comemorativas ou os nomes dos mortos durante a guerra, tampouco há agradecimentos pessoais ou esculturas; o Holocausto é rememorado através das próprias ações da casa e da reflexão sobre o presente, tanto nas atividades quanto nas comemorações específicas, como do Levante do Gueto de Varsóvia. Dessa maneira, o próprio sentido de lembrar a partir da ação é uma particularidade da Casa do Povo em relação a outros monumentos e lugares de memória que tratam sobre o Holocausto, que, de



FIG. 4:

Cerimônia da Pedra Fundamental em 1947.

Fonte: Acervo da Casa do Povo.

maneira geral, tendem a reforçar uma narrativa em torno do luto e dos horrores vividos durante a guerra.

No livro "Casca" (2017), Georges Didi-Huberman relata sua visita ao museu de Auschwitz-Birkenau, na Polônia, em 2011, e propõe uma reflexão a partir de sua experiência como visitante. O autor se coloca, ao longo do texto, movido pelo que encontra, principalmente pela forma como o Holocausto é transmitido — uma espécie de cenografia de um campo de concentração — e menciona o "simulacro de paredão de fuzilamento", relata que não há placas informando sobre a realidade do que está sendo visto e descreve os galpões do campo transformados em "pavilhões nacionais". Em suma, a criação de "um lugar fictício destinado a lembrar Auschwitz" (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.23-25).

Na entrevista concedida a Ilana Feldman, "Alguns pedaços de película, alguns gestos políticos"⁶, Didi-Huberman é questionado sobre as críticas que faz, no livro, a Auschwitz como museu de estado e "lugar de memória" e argumenta:

As pedagogias são "ambíguas" quando se fixam exclusivamente em seu objeto — a Shoah, por exemplo — e o transformam em alguma coisa como um fetiche, tornando-se então incapazes de elaborar uma atitude mais móvel e problemática perante a história. A pedagogia da história é, antes de mais nada, compreender que uma coisa passou e no entanto

não passa (isto é, continua travada em nossas gargantas e a atuar em nossos espíritos). (DIDI-HUBERMAN, 2017, p.100).

Quando a Casa do Povo surge como um monumento vivo, ela está dialogando com a possibilidade dessa "elaboração móvel" que comenta Didi-Huberman, e a maneira como na Casa se articulam as lutas políticas e as práticas culturais e artísticas são reflexo dessa condição. A memória do holocausto é constantemente transformada em ação, não somente como contraponto a uma forma de lembrar mais "passiva" ou "reflexiva", mas como necessidade de "atuar em nossos espíritos", como desejo de agir no presente em diálogo com o passado.

A comemoração do Levante do Gueto de Varsóvia, por exemplo, encarna uma proposta mais universalista — o Holocausto deve ser encarado como um problema da humanidade, e não dos judeus — e ressignificada no contexto presente. Na convocatória das entidades judaicas vinculadas ao ICUF para a comemoração do levante em 1967, durante a ditadura militar, a Casa se posiciona sobre o caráter autoritário e violento instaurado no país, comparando o golpe às estruturas políticas fascistas.

[...] Os remanescentes neonazistas, apoiando-se em setores retrógrados e em governos antidemocráticos em diversos países do mundo, pensam em reeditar suas frustradas aventuras de anos atrás [...] mas nós judeus, participantes da luta do povo brasileiro

pela democracia, estamos a todo tempo vigilantes e empreendemos todos os nossos esforços no sentido de impedir o avanço de forças obscurantistas neste momento, em que mais importante torna-se demonstrar que mais amplas forças lutam contra a sobrevivência do nazismo, unindo-os mais uma vez, ao setores democráticos [...]. (KINOSHITA, 2000, p.388).

Nesse sentido, é possível afirmar que se por um lado a Casa do Povo difere-se de outros monumentos, ela também possui características que a aproximam deles. Françoise Choay, em "A Alegoria do Patrimônio", analisa as características de um monumento:

[...] A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse presente. [...] Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. [...] Sua relação com o tempo vivido e com a memória, ou, dito de outra forma, sua função antropológica, constitui a essência do monumento. (CHOAY, 2001, p.18).

Tanto do ponto de vista da edificação quanto do modo de atuação sobre a memória, a Casa do Povo compete ao que é definido como monumento por Choay, pois é um espaço que mobiliza o passado e, simultaneamente, dialoga com o presente. A partir dessa perspectiva, o edifício não traduz somente um acontecimento específico, um grupo ou comemoração,

mas os ideais e o tipo de sociedade pela qual essas pessoas lutavam, sendo, portanto, revisitada e repensada à luz do tempo presente.

4. A CASA DO POVO HOJE

Partindo dessas histórias e da diversidade de camadas, é necessário refletir sobre como elas constroem, a partir do presente, a memória da Casa do Povo. Assim, a memória discutida é necessariamente feita hoje e não convém com uma noção nostálgica de um suposto passado ou de uma suposta memória ideal. Isso porque o que a Casa do Povo é hoje, no início do século XXI, parece ser ao mesmo tempo um desdobramento de sua condição de monumento vivo e uma resposta a questões atuais.

Na fundação da casa, ao fim da década de 1940, o contexto era completamente diferente e estavam postos outros conflitos e demandas. Os usos do edifício, portanto, respondem especificamente ao seu tempo e o fato de a Casa do Povo ser pensada não como um memorial, mas como um monumento em constante transformação, permitindo que os vazios do prédio sejam reutilizados e preenchidos segundo as necessidades do tempo presente.

Ao mesmo tempo, não há um rompimento total com os princípios da casa; ao contrário, é possível dizer que há um discurso, mas também uma disponibilidade associativa, que permanece com o passar dos anos. O que ela é hoje, portanto, não corresponde a uma forma engessada do que era em sua inauguração, mas, evocando as lutas do passado, um suporte para a ação e para lidar com questões do presente.

É necessário dizer que Casa do Povo ainda representa um setor progressista judaico em São Paulo. Como mencionado anteriormente, a forma como o Holocausto é rememorado coloca a Casa do Povo em oposição à narrativa sionista — adotada pela maioria das instituições judaicas paulistas —, que articula o Holocausto a uma questão que interessa sobretudo aos judeus, além de vincular ao tema questões políticas relacionadas à construção e fortalecimento de um "nacionalismo judeu".

Seu posicionamento como uma idichista também a diferencia de outras instituições judaicas, principalmente porque após a

criação do Estado de Israel houve uma tentativa de centralizar as coletividades judaicas em torno de um judaísmo único — leia-se sionista. Além disso, a Casa do Povo é umas das únicas que ainda se apropria do ídiche e não do hebraico.⁷

Há também uma negação do universo litúrgico na Casa do Povo, que existe desde sua fundação, muito ancorado na ideologia comunista e, portanto, laica. A religiosidade, seus ritos e tradições são, de certa forma, traduzidos para o contexto da instituição. Essa tradução se dá principalmente através da promoção da cultura e das redes de sociabilidade costuradas no cotidiano da casa. A identidade judaica é vivenciada de outra forma, a partir de outros meios que não o religioso: não há sinagoga, mas existe o teatro, por exemplo. Além do TAIB, podemos mencionar como parte da identidade judaica o Coro Tradição, que canta canções em ídiche, e a bibliotecas com quase oito mil livros, dos quais muitos faziam parte de coleções dos imigrantes refugiados da Segunda Guerra Mundial.

Outro fator importante é a maneira como a Casa do Povo assume uma atitude política: apesar de não ter um viés partidário, se posiciona frente a suas atividades, que dialogam com os princípios e com a história da instituição. É importante destacar que se hoje há um afastamento da Casa em relação aos partidos políticos, nem sempre foi assim. Grande parte de seus membros fundadores também fazia parte dos quadros do PCB durante as décadas de 1940 a 1970, e as diretrizes nacionais e internacionais do partido influenciavam as posições políticas da casa.⁸

Hoje em dia, sua atuação se dá em outros termos, mas ressalta a importância do diálogo com as heranças das lutas vividas no passado como ferramenta de ação no presente. A título de exemplo, é possível mencionar o movimento "Herzog, Presente" que a Casa do Povo organizou junto com o coletivo Judeus pela Democracia, um ato simbólico em memória de Vladimir Herzog. O evento realizou uma caminhada que partiu do endereço da Casa e terminou no antigo presídio da Avenida Tiradentes, lugar simbólico de memória da resistência à ditadura.

O ato ocorreu em um momento de extrema polarização política, durante as eleições presidenciais de 2018, que marcou

a retomada de discursos conservadores, inclusive por setores da comunidade judaica. Além de Herzog, outros judeus e judias que lutaram a favor da democracia e foram perseguidos e assassinados pelo regime foram homenageados, como Ana Rosa Kucinski, Maurício e André Grabois, Chael Schreier, Gelson Reicher, Pauline Reichstul, José Roberto Spiegner, Lara Lavelberg.

Outro exemplo de atuação da Casa do Povo é a Comemoração do Levante do Gueto de Varsóvia, que sempre traça um paralelo com o contexto político do país. Em 2019, por exemplo, a comemoração teve a presença de Ailton Krenak como representante da resistência indígena em um momento político de ameaça e genocídio dessa população.

Tendo em vista que a casa enfrenta outros desafios — o Bom Retiro é um bairro que passou por várias mudanças, estão colocadas outras demandas políticas, as coletividades judaicas vivenciam suas identidades de outras formas —, a Casa do Povo, hoje, reelabora a noção de monumento vivo em diálogo com o presente.

É, portanto, um movimento de retomada necessariamente ancorado em um projeto idichista judaico, não como um desejo nostálgico referente à vida comunitária e as lutas do passado, mas a partir do diálogo com uma identidade judaica que é presente e em constante transformação. É desse lugar, em que as práticas do passado se relacionam com outros grupos, com os movimentos de resistência, e de compromisso com a alteridade, que se desenha o presente da Casa do Povo, a partir da continuidade dos ideais existentes desde sua fundação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou investigar a forma como a Casa do Povo se transformou ao longo de sua existência sem se desvincular de seus princípios fundadores. A sobreposição de diferentes camadas contribui para um olhar crítico à própria constituição da Casa do Povo, pois se contrapõe a um ideal nostálgico de passado, ou de um passado sem contradições ou disputas.

Se na década de 1950 e 1960 a maior parte de suas atividades tinha relação com a construção de uma identidade judaica — progressista, idichista, de

esquerda —, hoje essa relação está transformada. Atualmente, essa memória parece menos ancorada na construção e associação de coletividades judaica e muito mais vinculada a outros grupos presentes no Bom Retiro, como coreanos, bolivianos e paraguaios.

Nesse sentido, essa retomada continua marcada também por uma prática do passado — as premissas comunitárias com origem no ICUF —, mas também por uma espécie de tradução de um judaísmo secular. Dessa forma, assim como na década de 1950 a Casa do Povo podia ser entendida como uma casa em que coexistiam várias casas, essa lógica se transforma no presente. O que ela representa hoje — uma casa com projetos diversos, frequentada por judeus de diversos contextos e não judeus de diferentes contextos políticos e sociais — enfatiza sua condição de um lugar diverso, plural e em defesa dos movimentos de resistência e luta política.

É nesse mesmo sentido que se valoriza o idioma e a cultura ídiche como um pilar da Casa do Povo não porque ela remete a um passado distante ou a uma língua que pertence ao passado e a outros territórios, mas porque o ídiche também tem suas raízes no Brasil, em São Paulo e no Bom Retiro. A Casa do Povo opera por essa e por outras memórias a partir de permanências e mudanças; não há um único tempo, uma única história ou uma única memória a ser preservada.

Entende-se que a Casa do Povo não responde só à sua definição como um lugar de memória, tampouco como um centro cultural comum, indiferente à herança de sua história. As camadas de memória com as quais dialoga estão sempre em movimento e em contato com a sociedade e o pensamento crítico — de esquerda, idichista, judaico, universal, do Bom Retiro, da cidade, autônoma e plural. Nesse sentido, é possível dizer que a memória da Casa do Povo é constantemente atualizada sem perder seu "DNA" proposto em 1946, na cerimônia da pedra fundamental, de resistência e luta antifascista.

Assim como essas questões demonstram a complexidade e a possibilidade de novas leituras da Casa do Povo, nesta pesquisa o estudo da memória e da história da Casa mostra

possibilidades de leitura a partir de documentos que não se encerram neste artigo. Pelo contrário: abrem novas perspectivas de estudo, considerando que, como monumento vivo, a Casa do Povo segue trazendo novas possibilidades de ocupação, de diálogos e de estudos.

NOTAS

1. O engenheiro-arquiteto Ernest Robert de Carvalho Mange foi arquiteto, artista plástico e professor na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo. Cursou engenharia civil na Escola Politécnica da Universidade de São Paulo entre 1940 e 1945. Com uma bolsa do governo francês, trabalhou na obra da Unidade de Habitação na cidade de Marselha, projeto de Le Corbusier. (SZKLO, 2013, p.31).
2. O outro grupo de judeus cuja imigração para o Brasil foi considerável eram os *sefaradis*, mas o trabalho não aborda seu processo de migração e fixação na cidade de São Paulo pois não há relação entre esse grupo e a criação da Casa do Povo. Os *sefaradis* estabeleceram-se ao longo de toda a costa norte da África (especialmente no Marrocos) e em menor número na Itália, Egito, Palestina, Síria e, sobretudo, nos Balcãs e nas províncias centrais do Império Turco. Entre *sefaradim* e *ashkenazim* existem diferenças de rito e tradição sinagoga, pronúncia do hebraico, hábitos sociais, correntes literárias, vestuário etc. Além disso, enquanto o judeu *ashkenazi* fala o ídiche, os judeus *sefaradis* dos países mediterrâneos falavam o ladino. (ROTH, 1967).
3. Bund é a abreviatura de *Allgemeiner Yiddisher Arbeterbund in Lite, Poilen un Russland* que pode ser traduzido como Federação Geral de Trabalhadores Judeus na Lituânia, Polônia e Rússia.
4. O termo "casa do povo" tem um importante significado histórico e remete ao vocabulário judaico secular — ainda que as sinagogas muitas vezes também eram chamadas de "casa do povo" —, e ao vocabulário da esquerda, uma vez que desde a metade do século XIX, a Europa viu muitas "casas do povo" serem erguidas por cooperativas, sindicatos, partidos e políticos de esquerda. (SEROUSSI, 2014, p.78).
5. Importante pontuar que, apesar de ter ficado menos ativa entre o começo dos anos 1990 e o início dos anos 2000, a Casa do Povo nunca fechou oficialmente.
6. A entrevista "Alguns pedaços de película, alguns gestos políticos", concedida a Ilana Feldman, encontra-se ao final do livro "Casas" (2017) e foi realizada em 2017.
7. A relação entre o hebraico e o ídiche era de grande relevância para o contexto cultural e político dos ativistas da Casa do Povo uma vez que o dialeto foi abertamente menosprezado pelo movimento sionista. Os sionistas consideravam o ídiche uma língua representante da imagem do judeu exilado, da diáspora, enquanto o hebraico é entendido como idioma do futuro Estado Judaico, representante do judeu independente e forte. Em 1948, com a criação do Estado de Israel e a definição do hebraico como língua oficial, esse embate entre progressistas e sionistas torna-se ainda mais acirrado.
8. Kinoshita (2000) aponta para o grande número de quadros de origem judaica da geração de 1945 na direção do PCB, em São Paulo. Entre figuras importantes no PCB e na Casa do Povo, podemos citar Eliza Kaufman Abramovich, Jacó Wolfenson, Jacob Gorender e Sarah Friedman.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade; Unesp, 2001.
- DARVICHE, Yasmin; OKSMAN, Silvío. **Memorial de Tombamento Sede da Congregação Israelita Paulista**. São Paulo, 2018.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Cascas**. São Paulo: Editora 34, 2017.
- FELDMAN, Sarah. Bom Retiro: bairro múltiplo, identidade étnica mutante. In: **Anais do XV ENANPUR** — Sessões Temáticas ST6-1158, Recife, v.15, n.1, p.1-18, 2013.
- GUINSBURG, Jacó. **Aventuras de uma língua errante: ensaios de literatura e teatro  diche**. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- KINOSHITA, Dina Lida. O ICUF como uma rede de intelectuais. **Revista Universum**, Talca Universidad, Chile, ano 15, p.377-398, 2000.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: história e cultura material**, São Paulo, v.18, n.2, p. 287-320, 2010.
- OKSMAN, Silvío. **Contradições na preservação da arquitetura moderna**. 2017. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.
- PONTES, Heloisa. **Intérpretes da metrópole: história social e relações de g nero no teatro e no campo intelectual, 1940-1968**. São Paulo: Edusp, 2011.
- PÓVOA, Carlos Alberto. **Territorialização dos judeus na cidade de São Paulo**. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) — Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ROTH, Cecil. **Enciclopédia judaica**. Rio de Janeiro: Editora Tradição, 1967.
- SENDACZ, Hugueta. Entrevista. **Jornal Nossa Voz**, ed. 1.012, set. 2015. Disponível em: <jornalnossavoz.wordpress.com/2015/09/16/entrevista-com-hugueta-sendacz/>. Acesso em: ago. 2020.
- SEROUSSI, Benjamin. A Casa do Povo: valores progressistas em contexto adverso. **Cadernos CONIB** — Publicação da Confederação Israelita do Brasil, n.2, p.77-82, jan. 2014.
- SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- SZKLO, Ilan. **Casa do Povo: reocupação e projeto no Bom Retiro**. 2013. Monografia (Trabalho Final de Graduação) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Ediciones Paidós, 2000.

SOBRE A AUTORA

Aluna de graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Escola da Cidade.
amandaklajner@gmail.com